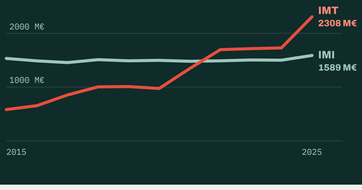
Câmaras vivem cada vez mais do imposto sobre a compra de casas

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses analisou as contas de 2025 das 308 câmaras do país. A receita cresceu e as câmaras pagam muito mais depressa do que há dez anos.

Quase 4 vezes

mais IMT cobrado pelas câmaras em 2025 do que em 2015. É o imposto pago na compra de casas e outros imóveis. **O IMI, pago todos os anos pelos donos, ficou praticamente igual.**



OS NÚMEROS DA SEMANA

6 números para levar para a próxima conversa

01 FORNECEDORES

22 dias

é o prazo médio que as câmaras levaram a pagar aos fornecedores em 2025.

Em 2015 eram 78 dias

02 PESSOAL

Mais de 1 em cada 3

euros gastos pelos municípios em 2025 foi para despesas com pessoal.

Os gastos com pessoal subiram em 302 dos 308 municípios

03 TURISTAS

186,6 milhões

de euros foi o que as câmaras cobraram em taxa turística em 2025, quase o dobro do ano anterior.

Em 2025, 43 municípios cobraram a taxa

04 CASAS

15,4%

da receita total das câmaras veio do IMT em 2025.

Em 2024 era 13,2%

05 GRÂNDOLA

Mais de metade

da receita da Câmara de Grândola veio do IMT em 2025.

Em Loulé, 50%. Em Cascais, 42,8%

06 NO VERMELHO

137

dos 308 municípios fecharam as contas de 2025 com resultado líquido negativo.

104 são concelhos com 20 mil habitantes ou menos



João Duarte, CEO YoungNetwork Group

A Lupa do João Duarte

Grândola, vila milionária

Como dizem os antigos, ou um qualquer provérbio chinês, no meio das crises há sempre grandes oportunidades. Veja-se Grândola, a vila morena de outrora, a vila milionária dos nossos dias.

O paradoxo está na caixa registadora da Câmara. Em 2025, cobrou 1973 euros de impostos diretos por habitante, o valor mais alto do país. A média nacional ficou nos 301. Ninguém lucra tanto com o imobiliário.

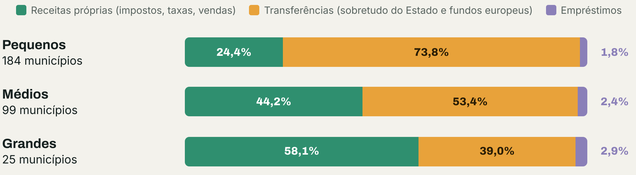
Só o IMT, pago por quem compra casa, rendeu à autarquia alentejana 25 milhões de euros, mais de sete vezes o que rendia em 2015. Nem a herdeira da Zara consegue tamanhas margens de lucro. Venham lá dizer-nos que os bons gestores estão todos no privado. Tretas.

Em casos como o de Grândola (aló Castro Marim!), o dinheiro vem muitas vezes de quem lá não vive. Ali o povo quando muito jaz e jamais ordena.

QUEM PAGA AS CONTAS

Nos concelhos pequenos, 3 em cada 4 euros vêm de transferências

De onde vem a receita dos municípios, em média, em percentagem da receita total de 2025. Pequenos: até 20 mil habitantes. Médios: de 20 mil a 100 mil. Grandes: mais de 100 mil.



Só 9 dos 184 municípios pequenos têm pelo menos metade da receita vinda de receitas próprias.

LIQUIDEZ, DÍVIDA E PRAZOS DE PAGAMENTO

Ranking das melhores contas

Montijo subiu do 9.º lugar em 2024 para o 1.º entre os municípios médios. Coruche subiu do 8.º para o 1.º entre os pequenos.

GRANDES

1.º Sintra
2.º Santa Maria da Feira
3.º Amadora

MÉDIOS

1.º Montijo
2.º Tavira
3.º Abrantes

PEQUENOS

1.º Coruche
2.º Murtosa
3.º Grândola

E DAÍ?

O que isto muda para quem comunica

50 anos de poder local

As primeiras eleições autárquicas foram a 12 de dezembro de 1976. O aniversário é uma boa ocasião para cada concelho contar o que mudou.

Contas claras dão confiança

As contas das câmaras são públicas e comparáveis. Mostrá-las de forma simples aos munícipes é uma forma de prestar contas.

Quem visita também paga

Nos concelhos mais turísticos, a taxa já é uma receita com peso. Explicar aos moradores onde se gasta esse dinheiro ajuda a conviver com o turismo.

O interior precisa de voz

Os concelhos pequenos disputam pessoas e investimento. Comunicar bem o território é parte da resposta.

Fonte: Ordem dos Contabilistas Certificados, Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2025 (novembro de 2026), de Maria José Fernandes, Pedro Camões e Susana Jorge, com o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do IPCA e o apoio do Tribunal de Contas. Contas de 2025 dos 308 municípios. A data das primeiras eleições autárquicas vem do comunicado da Ordem dos Contabilistas Certificados de 12 de novembro de 2026.

Lupa da YoungNetwork: um estudo por semana, numa página. Uma iniciativa do YoungNetwork Group. Edição #5, 24 de novembro de 2026. Descarregar PDF